

REVISTA ELEITORAL

PUBLICAÇÃO MENSAL ESPECIALIZADA

Redação :

AVENIDA NILO PEÇANHA N.º 12-8.º and.
Grupo 802 — Tel. 42-5737

Rio de Janeiro — Março e Abril de 1954

ANO III

VOLUME VIII

N.ºs 3 e 4

SUMÁRIO

APÊLO AOS JUIZES ELEITORAIS

(Discurso pronunciado pelo Sr. Ministro Edgard Costa)

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

(Dados biográficos dos seus juizes)

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

(A partir da vigência do Código, por assunto e em
ordem alfabética)

CÓDIGO ELEITORAL (Atualizado)

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL



Consulte também o APÊNDICE, nas últimas páginas

*
* *
* * *



MINISTRO EDGARD COSTA
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

* * *
* *
*

MINISTRO EDGARD COSTA

Nasceu na cidade de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, a 27 de fevereiro de 1887, sendo filho do Dr. Paulino Gomes da Costa e D. Cândida Ninna Gomes da Costa. Fez seus primeiros estudos e os cursos secundário e superior na capital da República, tendo-se bacharelado, em 1905, em Ciências e Letras, pelo Colégio Abílio, e se formado, a 10 de janeiro de 1909, em direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Antes mesmo de sua formatura, entrou para a administração pública como Diretor do Gabinete de Identificação da Polícia do Distrito Federal, hoje Instituto Felix Pacheco, cargo que ocupou até 1911, quando se dedicou à advocacia. Como diretor dêsse serviço, substituindo a Felix Pacheco, foi o instituidor do registro civil de identificação das pessoas honestas, quando se introduziu o uso, hoje divulgado, da carteira de identidade.

Em 1910, teve oportunidade de ir a Paris, em missão do Governo brasileiro, incumbido de estudar os métodos modernos de identificação.

Em março de 1917, foi nomeado, por concurso, Juiz Pretor, e, em 1924, promovido, por merecimento, a Juiz de Direito e Presidente do Tribunal de Juri, que elevou no conceito público pela rigorosa seleção que realizou no corpo de jurados.

Em dezembro de 1929, foi, ainda por merecimento, nomeado Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, tendo em 1925 e 1926, exercido o cargo de Secretário do Conselho Supremo da Córte de Apelação e, posteriormente, o de Presidente da Comissão Disciplinar de Justiça.

Em maio de 1931, foi promovido a Juiz de Direito da 1ª Vara de Orfãos. Nesse mesmo ano exerceu o cargo de Secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro, durante a interventoria do General Mena Barreto, tendo sido nomeado para essa alta investidura mediante autorização em decreto especial do Governo Provisório.

Em março de 1943, foi promovido, por merecimento, a Desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, tendo sido, além disso, Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal desde a sua instalação, em maio de 1932, até julho de 1933. Dois anos antes, fôra nomeado membro da Subcomissão Legislativa do Código de Processo Penal, tendo sido, outrossim, o primeiro Corregedor de Justiça, por indicação unânime de seus pares, ocupando êsse cargo de 1938 a 1941, quando o renunciou.

Em dezembro de 1942, foi eleito Presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, para o biênio de 1943-1944, cargo no qual se empossou em 4 de janeiro de 1943. Nesse mesmo ano convocou e reuniu, sob a sua presidência, nesta Capital, a 1ª Conferência de Desembargadores de todo o Brasil para o estudo e exegese da nova legislação penal, tendo sido, ao encerrar-se aquele conclave, aclamado pelos seus pares com o título honorífico de «Desembargador do Brasil».

Como Presidente do Tribunal de Apelação, integrou o Tribunal Superior Eleitoral quando da sua constituição, em 1945. Reeleito naquele cargo para o biênio imediato, foi nomeado em novembro de 1945, Ministro do Supremo Tribunal Federal, e nessa qualidade continuou a integrar aquele Tribunal Eleitoral, em substituição ao Ministro José Linhares, até 31 de janeiro de 1946.

— O Ministro Edgard Costa é autor dos seguintes trabalhos: «Jurisprudência Criminal» — 1 vol.; «Consolidação das Leis do Processo Criminal» — 1 vol.; «Juizes Especiais para Menores» (Tribunal para criança) — estudo, 1917; «Prontuário da Legislação Eleitoral» — 2 vols.; «Da Territorialidade da Lei Penal» (Estudo); «Dos Crimes Eleitorais» — 1 vol.; «Prática do Processo Criminal» — 1 vol.; «Manual dos Jurados» — 1 vol.; «Código do Processo Penal» (Anotações) — 1 vol.

Fundador e Diretor do «Arquivo Judiciário», conceituada e muito difundida publicação de direito e jurisprudência, editada pelo «Jornal do Comércio» do Rio de Janeiro, o Ministro Edgard Costa foi Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, de setembro de 1941 a setembro de 1953. Possui as medalhas do Cinquentenário da República, Rio Branco, Taumaturgo de Azevedo e Rui Barbosa, tendo sido condecorado pelo Sr. Presidente da República, da Ordem Nacional do Mérito, por decreto de 2, publicado no "Diário Oficial" de 3 de fevereiro de 1953.